



MULHERES NEGRAS:

Memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”

Black Women: memories of the trajectory of struggle and resistance of the black women's movement of Maranhão from the “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”

Mujeres Negras: memorias de la trayectoria de lucha y resistencia del movimientos de mujeres negras de Maranhão a partir del “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”

Grace Kelly Silva Sobral Souza

Mestra em Políticas Públicas (UFMA). Professora/Pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

grace.kellysouza@yahoo.com.br

Resumo

As reflexões aqui tecidas evidenciam o emblemático protagonismo das mulheres negras, construtoras de bandeiras de lutas contra o racismo e o sexismo no interior do Movimento Negro, do Movimento Feminista e fora deles. No Maranhão elas estiveram presentes na história do movimento negro maranhense, na idealização do Centro de Cultura Negra do Maranhão, ressignificando a todo momento a identidade negra, a estética negra e a atuação política. O Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa surge em 1986 se contrapondo aos ditames sociais que tentam regular, inferiorizar e invisibilizar a figura da mulher negra na sociedade brasileira e maranhense. Utilizarei Mulheres Negras (no plural) como forma de representar os inúmeros papéis sociais desempenhados por cada uma das mulheres entrevistadas e suas identidades. Acredito na relevância das histórias de vida como forma de evidenciar o protagonismo dentro do próprio Movimento de Mulheres Negras, na tentativa de compreender as ações e proposições do grupo frente ao racismo e ao sexismo.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Movimento de Mulheres Negras. Identidade. Protagonismo.

Abstract

The reflections here show the emblematic protagonism of black women, builders of flags of struggles against racism and sexism within the Black Movement, the Feminist Movement and beyond. In Maranhão, they were present in the history of the black Maranhão movement, in the idealization of the Maranhão Center for Black Culture, re-signifying at all times the black identity, the black aesthetics and the political action. The group of Black Women Mother Andresa appears in 1986 in opposition to the social dictates that try to regulate, to lower and make invisible the figure of the black woman in the Brazilian and Maranhão society. I will use Black Women (in the plural) as a way of representing the numerous social roles played by each of the women interviewed and their identities. I believe in the relevance of life stories as a way of highlighting the protagonism within the Black Women Movement

Kwanissa, São Luís, v.1, n.1, p.154-172, jan./jun. 2018

itself, in an attempt to understand the group's actions and propositions in the face of racism and sexism.

Keywords: Black Women. Movement of Black Women. Identity. Protagonism.

Resumen

Las reflexiones aquí tejidas evidencian el emblemático protagonismo de las mujeres negras, constructoras de banderas de luchas contra el racismo y el sexismo en el interior del Movimiento Negro, del Movimiento Feminista y fuera de ellos. En Maranhão estuvieron presentes en la historia del movimiento negro maranhense, en la idealización del Centro de Cultura Negra de Maranhão, resignificando en todo momento la identidad negra, la estética negra y la actuación política. El Grupo de Mujeres Negras Madre Andresa surge en 1986 contraponiendo a los dictámenes sociales que intentan regular, avergonzar y invisibilizar la figura de la mujer negra en la sociedad brasileña y maranhense. Utilizo a mujeres negras (en plural) como forma de representar los innumerables papeles sociales desempeñados por cada una de las mujeres entrevistadas y sus identidades. Creo en la relevancia de las historias de vida como forma de evidenciar el protagonismo dentro del propio Movimiento de Mujeres Negras, en el intento de comprender las acciones y proposiciones del grupo frente al racismo y al sexismo.

Palabras clave: Mujeres Negras. Movimiento de Mujeres Negras. Identidad. Protagonismo.

Introdução

Muitas são as construções teóricas envoltas na concepção de ser mulher negra a partir de um olhar relacional das dinâmicas sociais e das ações coletivas. Os movimentos de luta e resistência ao longo de décadas questionam a história - a mesma contada no ambiente escolar e na universidade – em uma tentativa incansável de dar voz aqueles (as) que por muito tempo foram coadjuvantes na formação da sociedade brasileira. O estudo sobre o protagonismo das mulheres negras possui objetivo central de retirar da invisibilidade os feitos, as lutas e as conquistas daquelas que resistiram e resistem bravamente contra as investidas das relações implícitas e explícitas demarcadas na tríade interseccional: raça, classe e gênero. Por esse motivo, o estudo sobre as relações de gênero é fundamental também para se “compreender algumas das raízes históricas da situação atual da mulher negra no Brasil, em particular da mulher trabalhadora e negra” (GIACOMINI, 2013, p.21)

Angela Davis no livro *Mulheres, Raça e Classe* traça um panorama histórico e crítico sobre a luta antirracista e a luta feminista no cenário estadunidense. Faz um percurso histórico partindo do legado da escravidão, a interseccionalidade entre classe, raça e gênero e a luta da mulher negra para emancipação (DAVIS, 2016). Assim como Davis, Lélia Gonzalez problematiza no Brasil a categoria gênero ressaltando as relações de poder como

determinantes para representação negativa da mulher negra - tão presentes na mídia e na escrita literária – e que criam automaticamente o imaginário da mulher negra “mulata”, “amante”, “empregada doméstica” e tantas outras derivações impostas pelo que entendemos hoje como estigma da *mukama* (GONZALEZ, 1985; 2008).

Da mesma forma, os estereótipos legitimadores da opressão se apresentam na sub-representação de autores negros e, em particular das mulheres negras na academia; consequência do racismo estrutural e institucional que limitam a inclusão da população negra nos espaços de poder e também do racismo epistêmico que silencia o conhecimento produzido em detrimento de um pensamento eurocêntrico. A construção unidimensional do conhecimento é um dos fatores que impedem o crescimento das produções acadêmicas das mulheres e, sobretudo, das mulheres negras. As opressões de raça e de gênero são variantes de um constructo social, ideologicamente criado e puramente naturalizado que tentam fragilizar todas as formas de resistência.

As narrativas que serão apresentadas neste artigo correspondem às histórias de vida, de resistência e das experiências de mulheres negras inseridas no movimento de mulheres negras do Maranhão, em particular, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, que buscam o passado para reafirmar o presente, problematizando e publicizando nossas questões enquanto produtoras do discurso e de saberes. As histórias de vida dessas mulheres são complexas e únicas, um mosaico que não poderia ser montado em um único texto.

O Grupo de Mulheres Negras do Maranhão (GMNMA) é uma entidade sem fins lucrativos, criado em 1986, que possui como objetivo discutir a participação política das mulheres negras além dos temas como identidade, saúde, sexualidade e mercado de trabalho voltado para mulher negra maranhense. Foi o principal articulador no estado para realização da Marcha Nacional das Mulheres Negras ocorrido no ano 2015 em Brasília. O Nome Mãe Andresa é em homenagem a Andresa Maria de Sousa Ramos, conhecida como Mãe Andresa. Andresa era natural de Caxias, nasceu em 10 de novembro de 1854. Foi líder espiritual durante 40 anos da Casa das Minas em São Luís. Faleceu em 20 de abril de 1954. A Casa das Minas ficou fechada, voltando a funcionar após um ano de morte de Mãe Andresa.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida baseada na proposta de uma Sociologia reflexiva de Bourdieu (2010), numa tentativa de desconstruir as pré-noções e o senso comum que pairam sobre a concepção de ser mulher negra (ou mulheres negras) em uma país machista, sexista e racista. Enquanto pesquisa

qualitativa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com algumas mulheres militantes do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa. No contexto social na qual estão inseridas, elas são professoras, estudantes e domésticas, além de mães, avós, preocupadas com a questão racial e as relações de gênero que entremeiam a vida da mulher negra maranhense. Foram observadas suas trajetórias de vida, seus anseios e perspectivas além das motivações que as impulsionam na resistência diária.

Compreender o que é ser mulher e negra a partir de um contexto é ir além das convenções historiográficas, é desconstruir as representações normativas a partir do lugar de fala dessas mulheres para compreensão dos processos de produção e assimilação dos referenciais construídos por elas.

Mulheres Negras em Movimento

A emergência do Movimento de Mulheres Negras perpassa também pelo envolvimento das mulheres no interior do Movimento Negro. Lélia Gonzalez, por exemplo, inicia sua trajetória de militância no interior do movimento negro em meados da década de 1970, lutando veementemente contra as opressões de classe, raça e gênero. Foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 quando ao mesmo tempo guia-se na trajetória intelectual, sendo referência para outras mulheres negras.

Para ela, o entendimento das questões raciais no Brasil perpassa o entendimento da inserção histórica dos (das) negros(as) na formação da sociedade brasileira e pela transformação individual em busca da afirmação da identidade, por isso a necessidade de transversalizar as questões de gênero, raça, classe. A fundação do MNU significou uma tomada qualitativa da comunidade negra que viu na coletividade uma maneira de repercutir a nível nacional as demandas da população, tornando exemplo para outros estados como foi o caso do Maranhão com o Centro de Cultura Negra do Maranhão em 1979.

Com o passar dos tempos a efervescência nos debates internos, a frieza nas relações interpessoais e a omissão nas discussões sobre as especificidades das mulheres negras motivaram o desligamento de Lélia do MNU. Para ela, existia a necessidade.

[...] de uma ação política que se realize através do resgate da solidariedade no movimento negro. Isto implicaria uma avaliação séria das relações políticas destrutivas que se desenvolveram em consequência de um tipo de ativismo que em muitos momentos fez o jogo do “feitor”. (BAIROS, 2006, p. 47).

Assim como Bairros (2006) outras intelectuais negras como Caldwell (2000), Carneiro (2003) afirmam que um dos motivos norteadores para formação de núcleos coletivos de mulheres negras no interior do Movimento Negro na década de 1970 teve como decorrência comportamentos machistas e sexistas dos companheiros militantes; uma postura que adentrava a vida privada indo contrário às discussões libertárias realizadas nos espaços públicos e de liderança. As opressões no ambiente privado eram significativos mesmo para as militantes. A falta de divisão de tarefas, o acúmulo de funções e a própria militância sobrecarregava as mulheres negras, sem contar a discrepância salarial e a carência de reconhecimento da tripla jornada de trabalho por seus pares. Como aponta Gonzalez (1985, p. 100):

Todas nós, sem jamais termos nos distanciados do movimento negro, continuamos a discutir as nossas questões específicas junto aos nossos companheiros, que muitas vezes nos tentavam excluir dos níveis de decisões, delegando tarefas mais “femininas”. Desnecessário dizer que o MN não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir práticas originárias mistas, sobretudo no que diz respeito ao sexismo (GONZALEZ. 1985, p.100).

A partir dessa vertente, os grupos de mulheres negras são criados como forma de dialogar entre si, entre os pares e com a sociedade compreendida pela necessidade de aproximar as comunidades, as bases populares, as demandas específicas das mulheres negras, desmascarando a violência propagada pelo machismo, o sexismo e o racismo. Não bastava teorizar as demandas das mulheres negras, era preciso expor para sociedade, trabalhar em torno dessas questões, delinear e almejar políticas públicas específicas visando a transformação da sociedade.

Da mesma forma que criticou o machismo no movimento negro, Lélia Gonzalez criticou o sexismo do movimento feminista. A própria experiência de vida e as questões básicas que alicerçam as condições da mulher negra efetivaram o envolvimento da intelectual-ativista com o feminismo, o que a deixava mais próxima do entendimento sobre a relação cultural, patriarcal e de dominação racial. Sua bagagem intelectual enquanto militante, professora e pesquisadora deram suportes para criticar algumas posturas do movimento feminista de modo que “o feminismo precisava compreender que a raça também constituía forte elemento de exclusão de gênero (RATTS; RIOS, 2010, p. 103). Apesar das análises feitas pelas feministas não apontarem para as desigualdades raciais, Lélia acreditava no

potencial transformador do movimento posto que conseguiam evidenciar as bases materiais e simbólicas da opressão feminina.

O movimento feminista surge com o objetivo de superar o enfoque androcêntrico presente na sociedade, na qual o homem é o ser e a mulher o outro, ou o segundo sexo, parafraseando Beauvoir (2009). O feminismo consegue teorizar suas próprias reflexões com base nas experiências sociais, revertendo-as em críticas sociais; a categoria gênero como forma de análise crítica das relações de poder inseridas nas estruturas sociais. Sobre gênero, Joan Scott (1995) nos alerta que:

Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise (SCOTT, 1995, p. 5).

Com base nessas questões, os estudos feministas formularam críticas frente às naturalizações enraizadas na sociedade, sobretudo com relação à concepção de patriarcado enquanto forma de dominação masculina. De certo, as décadas de 1960 e 1970 do século XX no Brasil emergiram novos campos de estudos dentro da perspectiva do feminismo. Novas vozes ecoaram fazendo críticas à categoria mulher (de que mulher se refere?) e aos discursos hegemônicos engessados para caracterizar o biótipo ideal de cidadão (branco, heterossexual, cristão, de classe média).

Enegrecer o feminismo foi uma expressão utilizada por Sueli Carneiro em seu artigo *Mulheres em movimento* para ressaltar a insuficiência teórica, analítica e prática das diferentes expressões do feminismo no Brasil, a pluralidade cultural escamoteada e negligenciada por um ideal de padrão diferente daquela vivida e sentida pelas mulheres negras.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p. 119).

A categoria gênero adentra nos escritos de Sueli Carneiro no contexto das relações raciais, assim como nos de Lélia Gonzalez, como forma de entendimento mais amplo da

dinâmica social e das próprias experiências pessoais, focando qualitativamente nas discussões sobre mulheres negras inseridas no movimento de mulheres e no movimento negro. Por essas razões, o feminismo negro é visto como forma epistêmica de ruptura com a hegemonia soberana do poder.

[...] O feminismo negro se coloca como uma epistemologia potencialmente subversiva tanto no âmbito teórico como político. Primeiro, por afrontar a hegemonia da dominação masculina e a hegemonia da cultura branca exclusivista; segundo, por questionar a invisibilidade das mulheres negras não somente enquanto sujeitos de pesquisa, mas também como referências teóricas; e, terceiro, por reivindicar o empoderamento do grupo. [...] (SANTOS, 2016, p.17).

A interseccionalidade entre as formas de opressão reforçam a luta coletiva das mulheres negras em seus diferentes modos de resistir e nos mais diversos espaços de poder. O envolvimento de mulheres como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Angela Davis entre outras, no contexto nacional e internacional dos movimentos de mulheres negras e movimento negro aguçaram e impulsionaram o protagonismo de muitas outras mulheres negras brasileiras, como é o caso do Maranhão.

Movimento de Mulheres Negras do Maranhão: memórias das lutas e resistência

Durante as entrevistas realizadas o nome de Maria Raimunda Araújo (ou, Mundinha Araújo) é sempre mencionado constituindo referência para muitas mulheres negras militantes do Estado. Nascida em São Luís do Maranhão em 8 de janeiro de 1943, ela intencionalizou a criação do Centro de Cultura Negra do Maranhão na década de 70, com o objetivo primeiro de grupo de estudo. Em depoimento colhido no livro *História do Movimento Negro no Brasil* de Alberti e Pereira (2007), Mundinha descreve a criação do Centro de Cultura Negra do Maranhão

Criamos quadro de associados e fomos logo discutir, em março, abril de 1980, a possibilidade de criar de fato uma entidade. Discutíamos o nome. Eu sugeri que fosse Centro de Estudos da Cultura Negra, mas disseram: “Não. ‘Estudo’ ainda é visto como coisa de militantes de esquerda, que criam os núcleos de estudos.” Ai o Luizão sugeriu: “Vamos botar Centro de Cultura Negra, que é abrangente e a gente vai fazer o que se quer sem chamar muita atenção” A maioria concordou e ficou assim. [...] (ARAÚJO apud ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.174-175)

A participação feminina ainda não era discutida na época, mas era notória nos espaços de decisões e de mobilizações do movimento negro maranhense uma vez que a militância por

elas exercida possibilitou o surgimento do movimento em questão. Mundinha foi a primeira vice-presidenta da entidade e em sua gestão elaborou o projeto denominado “Comunidades Negras no meio Rural Maranhense”, realizado de forma voluntária e sem financiamentos, obtendo como resultado o levantamento de conflitos de terras existentes nas comunidades. Os trabalhos empreendidos em sua gestão e nas demais culminou posteriormente com o Projeto Vida de Negro cujo objetivo maior era reconhecer as comunidades rurais e provocar suas titulações junto ao poder público¹.

O grande desafio de pesquisas que relacionam a participação políticas de mulheres negras no interior dos movimentos sociais é fazer com que experiências silenciadas encontrem espaço na história e que essa mesma história compreenda a memória do sujeito como determinantes da identidade de um povo. Por isso a importância de lembrar as experiências e vivências do Movimento de Mulheres Negras do Maranhão a partir do protagonismo atuante de algumas mulheres que buscaram coletivamente políticas públicas, reescrevendo as histórias do feminismo negro a partir da singularidade de cada uma.

A partir da militância no movimento negro, mulheres negras construíram uma identidade negra positivada, instrumentalizando politicamente as questões mais amplas da luta coletiva. O “boicote” das demandas específicas a partir das práticas machistas, sexistas e excludentes não assumidas pelo homem militante provocou certa hierarquização do trabalho, ou o “tarefismo”, na qual mulheres possuíam lugar reservado na organização das tarefas domésticas (em casa e nos espaços de reuniões) e os homens nos discursos, nos cargos de direção e nas tomadas de decisões.

Quando ocupavam coordenações conseguiam direcionar as ações e proposições da entidade, resolvendo os interesses do todo, mesmo quando o porta voz na maioria das vezes era o homem. Os impasses internos começaram a ser denunciados, as reivindicações posicionavam um olhar mais intrínseco para as relações de gênero como pauta das discussões. A identificação da desigualdade de gênero causou angustiantes confrontos entre homens e mulheres militantes, sendo as últimas acusadas de “segregar a luta antirracista”, como se a especificidade do assunto não se agregasse também na categoria raça.

¹Art 68 é o resultado das lutas empreendidas a partir do Projeto Vida de Negro do CCN. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 68 diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Segundo Paixão (2015) “Aqui reside um grande impasse. Nestes vinte e sete anos, foram reivindicadas mais de 3.000 áreas de quilombos, mas as titulações definitivas não excederam a 152” (PAIXÃO, 2015, p.38).

As exclusões eram sentidas e sofridas por todas e, com as experiências de outras companheiras do sul e do sudeste do Brasil, elas suscitaram discussões no Maranhão sobre a questão de gênero. Para Silva (2007) atualmente as relações entre movimento negro e movimento de mulheres negras estão mais amigáveis, fruto de acirrados conflitos, embates e diálogos do passado. Gradativamente elas ganharam espaços e o respeito dentro do movimento negro, atuando conjuntamente em alguns momentos em prol das demandas macro do movimento e específicas das mulheres.

Os anos 80 marcaram definitivamente os rumos do movimento de mulheres negras no Brasil dado o grau de discussões e mobilizações a nível nacional, ensejando na sociedade um maior diálogo sobre as questões e, dentro do movimento, um processo organizativo baseado em estratégias de alcance das políticas públicas. Eventos como o III Encontro Feministas Latino-Americano e do Caribe realizado em 1985 em Bertioga-SP é considerado por Silva (2007) como significativo para inserção da categoria raça nos discursos sobre gênero.

O protagonismo das mulheres negras permitiu a efervescência de inúmeras questões que giram em torno das condições da população negra maranhense, possibilitando múltiplas práticas políticas e criando espaços para a descoberta de outras intelectualidades negras maranhenses, a exemplo da jornalista e professora Mundinha Araújo. Entretanto a particularidade da mulher negra não alcançava tanto destaque dentro do Movimento Negro no Maranhão. Os obstáculos que Lélia Gonzalez enfrentou durante sua passagem no MNU são semelhantes ao que Silvia Leite relata quando menciona o processo de criação do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa

A gente via a questão do machismo dos companheiros que caminhavam juntos. Falavam assim “vamos criar o Grupo Veia”, um grupo oposto ao das mulheres negras. Era essa coisa do simbólico, tipo assim “pra que vocês querem se reunir se estamos na mesma luta??” eles tinham dificuldade de entender porque a mulher negra precisava ter sua discussão. Trouxemos Lélia Gonzalez junto com Peter Fry fizemos um grande evento, com uma grande discussão aqui em São Luís onde foi discutido a questão específica da mulher negra na universidade. O evento foi realizado na biblioteca pública, aí que a turma foi começar a perceber que a luta das mulheres negras era uma luta específica e ampla dentro do contexto da sociedade uma vez que as mulheres contribuíram na época da escravidão com as fugas, contribuíram com as casas de matriz africana com o refúgio de negros fugidos. (Entrevistada 1)

Segundo Carneiro (2003), era necessário “sexualizar” o movimento negro para assim promover equidade nas discussões internas e externas, nas tomadas de decisões, favorecendo a prática política de ambas as partes a fim de afirmar os sujeitos envolvidos, exigindo o

reconhecimento de todos (as) e combatendo as desigualdades imperantes na tríplice relação mulher, classe e raça.

Para Bourdieu (2008) o campo político é um espaço de forças e de lutas entre os sujeitos a ele envolvidos, um jogo simbólico em busca de uma hipotética legitimidade social. Levando para o plano das relações de gênero, o campo político se apresenta nas mais variadas formas de dominação do homem sobre a mulher. No Movimento Negro se comporta como mecanismo compensatório da opressão racial, reproduzindo práticas oriundas da dominação sexista. Nessa perspectiva o conceito de interseccionalidade possibilita o entendimento do que é ser mulher nas suas múltiplas formas sem cair no relativismo e no reducionismo unificador.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Não se pode perder de vista a dimensão ampla da coletividade e as múltiplas formas de coações vivenciadas pelas mulheres negras nos espaços de discussões e de tomada de decisões, valendo a regra também para os movimentos feministas. Gonzalez (2008, p. 39) pontua as contradições nesse grupo:

[...] quando participávamos de seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressiva” ou “não-feministas” porque sempre insistíamos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal esta; afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado permitiu a “liberação” de muitas mulheres que se engajaram nas lutas “da mulher”. [...] Todavia, não deixamos de encontrar solidariedade de setores mais avançados do movimento de mulheres que demonstraram interesse não só em divulgar nossas lutas como em colaborar conosco em outros níveis. (GONZALEZ, 2008, p. 39).

Em âmbito local surge na década de 80 do século XX em São Luís o Grupo de Mulheres da Ilha a partir do despertar de algumas estudantes e professoras universitárias para as questões que afetam as mulheres em todos os espaços da sociedade e pela necessidade de criação de mecanismos de ação organizadas em prol da garantia de direitos e combate à violência. O enfoque nos multifacetados tipos de violências fez com que as mulheres denunciassem suas experiências vivenciadas nos diferentes setores da sociedade, gerando inúmeros dados quantitativos de casos com repercussão a nível local. Essas e outras

iniciativas deram margens para criação da Delegacia Especial da Mulher em 1986. De acordo com Ferreira (2007, p.100):

Nas manifestações realizadas em 1980, pela passagem do 8 de março, a questão da violência era a que mais suscitava debates. A divulgação de dados colhidos nas delegacias e na imprensa local em cinco meses, (12 assassinatos, 40 espancamentos, 26 casos de estupro) a exemplo de dados já levantados pelo Grupo em outros anos, serviu para indignar setores da sociedade, e foram bastante explorados pela imprensa.

Assim como no movimento negro, no movimento de mulheres as contradições ou mesmo o não despertar para as questões mais específicas, a exemplo das mulheres negras, provocaram dissabores e, conseqüentemente, afastamentos de algumas militantes. Uma informante relembra momentos marcantes do seu processo de desligamento no Grupo de Mulheres da Ilha.

[...] Estávamos todas envolvidas emocionalmente com o grupo e a nossa saída foi muito dolorosa porque diziam “poxa, vocês estão rompendo com a gente” e eu dizia “não, nós queremos é contar nossa história”. Quando começamos a apresentar a história da mulher negra no Maranhão no século 19 e comparando com os jornais da época, do século 20, que dizia “precisa de empregada doméstica que durma em casa e não estude” mostramos que era essa a nossa situação, por isso precisamos trabalhar a conscientização. [...] Sentimos a necessidade de trabalhar a nossa história, porque lá não cabia a especificidade, era sempre o geral, a participação política, sentimos que teríamos que sair pra elas sentirem isso aí. (Entrevistada 1).

A saída dela e de outras mulheres negras provocou um repensar das concepções políticas e sociais das demais militantes daquele movimento de mulheres. O rompimento propiciou o surgimento de outros novos grupos a exemplo do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, Grupo de Mulheres 8 de Março, Viva Maria, enfatiza Ferreira (2007). Em tempos atuais, outras novas questões posicionaram os grupos em redes de diálogos e de trocas uma vez que os problemas da coletividade (diversificada) hoje já não são mais vistas como assunto individual de um único grupo, mas sim de todas aquelas que vivenciam os conflitos das relações de gênero na sociedade maranhense.

Muitas mulheres negras ajudaram a construir cotidianamente a luta antirracista e o movimento de mulheres negras no Maranhão, a exemplo de Silvia Cantanhede, Maria Lúcia Gato, Lúcia Dutra, Silvia Leite, Paula Balthazar e tantas outras. Relembrar o surgimento do Grupo de Mulheres Negras do Maranhão é, sobretudo, compreender as lutas e proposições das mulheres que problematizaram as necessidades das mulheres negras do estado, fomentando discussões dentro das políticas públicas.

A memória individual e coletiva contribui para o entendimento da realidade, reescrevendo uma história outrora não contada ou omitida. Com base na subjetividade os sujeitos da memória fortalecem as vivências de um grupo enquanto prática social, dando ênfase aos aspectos macro-sociais que acentuam suas experiências de mundo e dos(as) demais outros(as) pertencentes ao coletivo. A partir da memória é possível compreender a identidade construída uma vez que o sujeito não é inerte aos acontecimentos da sociedade, mas sim atuante em total interação.

Memória e identidade se cruzam enquanto ressignificações do passado para afirmação do presente em um processo de reavaliações, autoanálise e auto reconhecimento. Para Cadau (2011, p.18) “memória é a identidade em ação”, pois todo ato memorial apresenta intencionalidades identitárias conferindo sentido ao passado revisitado. Memória e identidade se reforçam de modo que “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente”. (CADAU, 2011, p. 19).

Silva (2007) afirma que o Grupo de Mulheres Negras do Maranhão desde sua criação tem contribuído para organização das mulheres negras no estado, abrindo espaços para debates em mesas-redondas, nos grupos de trabalhos, nos diálogos e nas proposições de estratégias de lutas para enfrentamento das questões sociais através de alguns eventos. A pesquisadora relembra que o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, em 1988, contou com a participação de cerca de 200 mulheres da capital e de outros municípios. O tema “*Mulheres Negras Rompendo com o Anonimato*” englobou em seus eixos temáticos assuntos como direitos reprodutivos, sexualidade, identidade e organização política, uma preparação para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras a ser realizado no Rio de Janeiro.

O protagonismo das mulheres negras ficou marcado no Centro de Cultura Negra, ressignificando o caráter político-ideológico do trabalho de ação daquele grupo, possibilitando a superação dos entraves em função de uma proposta maior e plural. O empoderamento coletivo desafia a estrutura organizacional dos movimentos sociais a partir de um posicionamento social peculiar que muitas mulheres construíram, desafiando mundo a fora o machismo e o sexismo em um exercício diário de superação.

O histórico político do GMNMA seguiu a mesma lógica pela qual passaram algumas organizações de mulheres negras no Brasil, com estruturação no seio do Movimento Negro e a ruptura com este na busca pela independência organizacional. Quando o Grupo de Mulheres

Negras do Maranhão (GMNMA) se desloca em outro plano a procura de uma sede e, sobretudo, de uma agenda específica, participando de importantes eventos no cenário do Feminismo e do Feminismo Negro, alguns colegas não compreendiam a atitude das mulheres. O que para eles simbolizava o separatismo no interior do Movimento Negro Maranhense, para elas o momento era de entendimento do caráter dimensional, teórico e relacional do contexto. O “refúgio” dessas mulheres foi proposital para pensar suas questões enquanto especificidades, sistematizando-as e levando-as para outras instâncias, pois o diálogo era necessário.

Não é porque um casamento acaba que ele precisa ser litigioso. É mais salutar você ter uma relação de cooperação, contribuição, entender que a luta é de todo mundo. Teve muita gente sim que ficou muito zangada, escutamos sim muitos desaforos, entendimentos mal compreendidos, mas nada que não pudesse ser previsto e que posteriormente também se pudesse falar “olha respeita que tenho uma entidade de mulheres negras que podem continuar contribuindo com o CCN assim como com outras entidades”. Mas estamos juntos, inclusive temos agendas de trabalho. Tem integrantes que são do Mae Andresa e que preferiram continuar dentro do Centro de Cultura Negra, e isso é importante porque a gente precisa de articulações e articulações que a gente tenha pauta de trabalho e agenda conjunta e que consiga ver que ali tem algo que nos estimule a trabalhar. (Entrevistada 2).

Compreende-se o GMNMA a partir de dois momentos. O primeiro e, por vez estruturante, é a concepção do grupo a partir de mulheres oriundas do Centro de Cultura Negra que durou cerca de 10 anos inseridas em departamentos e setores da organização. E o segundo, é a independência delas no campo político, teórico e metodológico das suas práticas que transcende a conquista da sede.

A fala da última entrevistada reflete a necessidade da busca por equidade, constituindo uma via de mão dupla na qual o movimento negro passa a tratar sobre a questão da mulher negra e elas continuam a fortalecendo o movimento negro já com a inserção das suas demandas. Em nenhum momento foi identificado uma ruptura abrupta ou grotesca com o movimento negro, pelo contrário o que se tem escrito e falado por elas é uma retirada mencionada e não compreendida pelos demais, apesar da concepção de que o trabalho deveria ser em cooperação.

Então, no CCN, quando começamos a puxar a discussão, houve um certo embate porque era uma coisa nova, segundo que a mulherada que segurava o rojão, porque boa parte da instituição era composta por mulheres. A questão da mulher já foi esse grupo que começou a discutir. No primeiro momento houve uma certa resistência: “ah! Isso é coisa de mulher”, teve as insinuações, “ah! Isso é coisa de mulher mal amada, de sapatão”. Foi um trabalho mesmo de peneirinha, de convidar...tinha mulheres que não faziam parte do CCN, que eram namoradas ou esposas de

militantes, elas iam na reunião do esporte [departamento de esportes], ficava cheio lá, mas elas não participavam do nosso grupo...ia nas festas mas enquanto namoradas, não com a pretensão de militância. Era só nós que já era da entidade que vestia a camisa e que puxavam a discussão dentro da entidade. (Entrevistada 3,).

Antes mencionado, as contrariedades nas relações de gênero aconteceram no movimento negro no Maranhão a partir do “Grupo Veia”, um pequeno grupo provido pelo departamento de esportes e que se contrapunham às decisões e/ou opiniões das mulheres negras. O embate entre as mulheres e o Grupo Veia configurou para muitas das entrevistadas como outro tipo de preconceito visto que os boicotes às atividades desenvolvidas por elas eram constantes.

A necessidade de demarcação de espaço e do respeito era preciso, discutindo as categorias racismo imbricadas à categoria gênero interdisciplinarmente. Era preciso discutir a violência contra a mulher, a saúde da população negra e da mulher negra, a identidade e a sexualidade para além do revanchismo sem precedentes dos homens negros (e de algumas mulheres negras) militantes, fato já visto nacionalmente quando mulheres negras de boa parte do país se unem para discutir suas demandas com base nas questões globais e específicas. No Maranhão, o GMNMA vai atuar *in loco* nos bairros e comunidades periféricas da cidade de São Luís, mais especificadamente nos bairros da Liberdade e do Coroadinho.

No campo político, o combate à violência de gênero demarca a atuação coletiva das mulheres – negras e brancas – no estado. De acordo com Ferreira (2007) várias atividades foram idealizadas coletivamente em vista da garantia de direitos da saúde da mulher, da legalização do aborto e outras formas consubstanciadas de violência à mulher empreendida no campo do público (negação do acesso à saúde, emprego, moradia; violação sexual, psicológica) e no campo do privado (violência doméstica). Para ela o I Encontro Estadual de Mulheres “*Abrindo os Olhos e Botando a Boca no Mundo*” conseguiu abranger um número considerado de grupos enquanto equipe organizadora dentre eles o GMNMA nas quais todas produziram conjuntamente a carta com as principais propostas surgidas ali direcionadas às instancias governamentais. Atuaram conjuntamente em passeatas, campanhas e mobilizações no final da década de 1980 do século XX, dando margem para criação da atual Delegacia Especial da Mulher (DEM).

Atualmente o GMNMA possui representatividade em algumas instâncias a nível estadual e municipal em espaços como no Conselho Municipal da Condição Feminina, no

Fórum Estadual de Mulheres, no Conselho Estadual da Mulher, no Fórum de Entidades Negras, Conselho Municipal da Condição Feminina, Conselho de Direitos Humanos, Conselho de Igualdade Racial; espaços de diálogo e construção de demandas da sociedade civil para o poder público em busca daquilo que elas consideram como sendo a busca pela cidadania, o reconhecimento e a garantia dos direitos.

O conceito de políticas públicas apreendido no interior dos movimentos sociais é derivado do fortalecimento político e coletivo das organizações que hoje dialogam em redes de atuação e de articulação, uma vez que demandas outrora vistas como específicas de determinado segmento são encontradas nas demais instâncias de mobilizações. Desta forma, a interseccionalidade entre raça, gênero e classe é notória e necessária para a busca da garantia dos direitos em um Estado por vezes alheio às questões raciais e de gênero

As conquistas e mudanças alcançadas são na verdade uma nova forma de ressignificação da luta coletiva, repaginadas e recontextualizadas para manutenção do que foram posto pelos movimentos sociais e para o avanço das questões nos demais outros segmentos, por isso para muitas mulheres a luta não acaba com a implantação da Secretaria da Mulher ou da Secretaria Extraordinária de Estado da Igualdade Racial, trata-se de um novo momento do coletivo, de unificação de forças e de representações nos espaços de poder e de decisão, construída através da relação militância e exercício profissional em prol da sociedade civil.

A intensa participação das mulheres negras no estado do Maranhão alcançou voos mais altos. De 11 a 15 de dezembro de 1997 ocorreu no estado a 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzalez em parceria com o Centro de Cultura Negra do Maranhão e financiada pela Fundação Cultural Palmares conseguiu mobilizar 70 mulheres negras entre militantes e não-militantes de diferentes lugares do país cuja finalidade foi promover “um espaço de diálogo, convivência, reflexão, de lazer e troca entre mulheres negras intelectuais, artistas, militantes e profissionais de diversas áreas”. (BAIROS, 2006, p.19).

A jornada teve como objetivo homenagear Lélia Gonzalez após seu falecimento em 1994, colocando a representatividade dela enquanto militante, mulher e negra que se tornou referencial para outras mulheres e para a juventude negra na luta anti-racista e anti-sexista no país. Contou com a participação da militante e pesquisadora estadunidense Ângela Davis que trouxe um olhar de interlocução entre a luta das mulheres negras no Brasil e nos EUA.

De 1997 aos tempos mais atuais o Grupo de Mulheres Negras do Maranhão veio atuando emblematicamente na garantia dos direitos da mulher negra maranhense, levando suas

pautas para os setores públicos, tornando referência para criação de outros grupos de mulheres negras a exemplo do Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, Centro de Formação para Cidadania Akoni, entre outros.

Recentemente, a marcha das mulheres negras ocorrido em Brasília em 2015 reuniu mais de 1mil mulheres negras, militantes e não militantes, rurais/quilombolas de várias partes do Brasil. Foi uma construção coletiva e de mobilização da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e de mais 27 grupos de mulheres dos estados brasileiros cujo tema “*Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver*” propôs o fortalecimento político da luta contra o racismo, o machismo e a pobreza.

As demandas sócio-históricas levadas para marcha objetivavam para além do imediatismo na resolução das questões, a idéia era preparar e motivar outras mulheres nos bairros, cidades, estados a fim de cobrar a atenção do poder público a criação e execução das políticas públicas, sobretudo aquelas de viés anti-discriminatória e promotoras da igualdade e da equidade racial. Era preciso se fazer visíveis, ouvidas e sujeitas de história, por isso indispensáveis nas decisões políticas do país.

[...] nós Mulheres Negras estamos em Marcha para exigir o fim do racismo e da violência que se manifestam no genocídio dos jovens negros; na saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras está relacionada à dificuldade do acesso a esses serviços, à baixa qualidade do atendimento aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras. Marchamos pelo direito à vida, pelo direito à humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Marchamos por justiça, equidade, solidariedade e bem-estar que são valores inegociáveis, diante da pluralidade de vozes que coabitam o planeta e reivindicam o Bem Viver. Convocamos a sociedade brasileira para a construção deste novo pacto civilizatório, para uma sociedade onde todas e todos possam viver plenamente a igualdade de direitos e oportunidades (CARTA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS, 2015,[documento não paginado]).

O GMNMA levou para Brasília cerca de 40 mulheres negras oriundas dos movimentos sociais, quilombolas, domésticas, militantes e não militantes, carregando com elas suas demandas cantadas, tocadas ao som de algumas letras das músicas do Bloco Afro Akomabu, exaltando as yabás² e a cultura afro-maranhense, fomentando a valorização da estética negra.

²Yabás são as seis principais orixás femininas que são responsáveis pelo equilíbrio da terra e da vida, são elas: Yemanjá, Oxum, Iansã, Obá, Nanã e Ewa.

O pós marcha resultou com a realização do III Encontro de Mulheres Negras e de Comunidades Tradicionais do Maranhão, em fevereiro de 2016 no Convento das Mercês, com o tema “*A Participação Política das Mulheres Negras: Avanços e Perspectivas Pós-Marcha*” com a participação de cerca de 80 mulheres de 25 municípios do estado. Poder avaliar as ações desenvolvidas no estado antes e no pós marcha, articular e fomentar a criação de novos grupos de mulheres negras no estado e definir metas para o Plano Estadual sobre o Novo Pacto Civilizatório compuseram os objetivos do encontro.

A mobilização para a realização da marcha das mulheres negras e os impactos da mesma para a vida de muitas mulheres maranhenses não é possível de mensuração quantitativamente, contudo, o fato de congregar milhares de mulheres em busca da garantia de direitos e da equidade de gênero demonstra o peso da ação coletiva dos movimentos sociais. Acredita-se no processo formativo e educativo dos movimentos enquanto potencializadores do exercício da ação, fomentando pautas para discussão das políticas públicas. Hoje o Grupo de Mulheres Negras integra a nível nacional a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e, a nível regional, a Rede de Mulheres Negras do Nordeste.

Considerações Finais

O surgimento do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa insere-se no contexto das ações e mobilizações do Centro de Cultura Negra. A partir das falas foi possível perceber a dimensão da organização e as causalidades que propiciaram a criação do GMNMA, sendo uma delas a inexistência do companheirismo e o extremo machismo de alguns colegas. Da mesma forma, a inclusão do recorte de gênero e raça no Grupo de Mulheres da Ilha aconteceu após inúmeras discussões entre mulheres negras e brancas que faziam parte do coletivo.

Ao longo do tempo, as demandas das mulheres negras tomaram novas perspectivas, ganhando força a nível estadual discutindo a questão das mulheres quilombolas, promovendo encontros estaduais, campanhas contra a esterilização em massa e, recentemente, a marcha nacional das mulheres negras.

Atualmente o GMNMA insere-se nas atividades da Rede de Mulheres Negras do Nordeste cujo objetivo é construir um processo de rearticulação e mobilização das organizações de jovens, mulheres e lésbicas negras do Nordeste no combate ao racismo e

sexismo, além de fazer parte da Articulação Nacional de Mulheres Negras que surgiu no pós-marcha contra o racismo, a Violência e pelo Bem Viver.

A resistência é ressignificada diariamente. Mulheres negras sentem na pele os efeitos das desigualdades étnico-raciais e de gênero. Ainda hoje são violentadas, estupradas e massacradas dentro e fora de casa correspondendo as altos índices das estatísticas; vivenciam a aniquilação das políticas públicas, da educação, saúde, emprego e moradia; têm seus filhos(as) retirados(as) das suas entranhas pelo sistema capitalista. Revisitar o passado para compreender o presente é importante assim como empreender esforços para continuar lutando em prol de uma sociedade justa e democrática.

Referências

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo (Org). **Histórias do Movimento Negro no Brasil:** depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzáles. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras:** nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Crioula, 2006. p.42-61.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: **A miséria do mundo.** 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CADAU, Joel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2011. Tradução de Maria Letícia Ferreira.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas.** Rio de Janeiro, v. 8 n. 2. 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Revista de Estudos Avançados,** São Paulo. v.17, n.49, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>>. Acesso em: 17 nov. 2006.
- CARTA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS. 2015. Disponível em <<http://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/#gs.null>>. Acesso: 12 dez. 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativas ao Gênero. **Revista Estudos Feministas.** Ano 10, 1º semestre
- Kwanissa, São Luís, v.1, n.1, p.154-172, jan./jun. 2018

2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Maria Mary. **As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão**. São Luís: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negro no Brasil**. 2.ed. Curitiba: Appris, 2013. 111p.

GONZALEZ, Lélia. “Mulher negra”. **Afrodíaspóra**, Rio de Janeiro: IPEAFRO, v.3, n.6/7, p.94-104, 1985.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). **Guerreiras da Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p.29-47.

PAIXÃO, Raimundo Maurício Matos. **Enriba da terra: da sinergia da luta individual para a coletiva, refletindo a partir do quilombo de Cana Brava**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <<http://www.ppgcspa.uema.br/?p=523>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. Dossiê Mulheres Negras: experiências, vivências e ativismos. **Revista Gênero**, Niterói. v.16, n 2, p.7-32. 1ºsem. 2016.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n.2, jul./dez., p.71-99, 1995.

SILVA, Cecília Ruth Batista da. **Representações sociais das lutas do Grupo Mãe Andresa no contexto da garantia de direitos das mulheres negras de São Luís**. 2007.158 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

Grace Kelly Silva Sobral Souza

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão. Pós-graduada em Supervisão e Gestão Educacional pela Universidade Cruzeiro do Sul. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Professora/Pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros. Telefone: (98) 98828-7583. E-mail: grace.kellysouza@yahoo.com.br